

O FEMINISMO DE NÍSIA FLORESTA (1810-1885) E A QUESTÃO DA CAPACITAÇÃO INTELECTUAL FEMININA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Brena Fernandez¹

Resumo: O presente artigo trata da situação da capacitação intelectual feminina no Brasil oitocentista. Nosso ponto de partida é a visão acerca desta questão avançada por aquela que amiúde é considerada a primeira feminista brasileira, Nísia Floresta. Comparando as proposições de duas de suas obras mais emblemáticas com os dados do primeiro censo brasileiro (IBGE, 1872), constatamos tanto a urgência de suas demandas naquele momento quanto a incrível atualidade de suas reivindicações, quase dois séculos depois de publicadas.

Palavras chave: História Econômica; História Econômica das Mulheres no Brasil (século XIX); Educação Feminina.

Abstract: This paper deals with the situation of female intellectual empowerment in 19th century Brazil. Our starting point is the vision of this issue put forward by who is often considered the first Brazilian feminist, Nísia Floresta. Comparing the propositions of two of her most emblematic works with the data from the first Brazilian census (IBGE, 1872), we can see both the urgency of her demands at the time and the incredible relevance of her claims, almost two centuries after they were published.

Key words: Economic History; Women's Economic History in Brazil (19th century); Women's Education.

¹ Possui Pós-Doutorado em Filosofia da Ação pela Universidade do Porto (2015-2017), Pós-Doutorado em Filosofia da Ciência pela Universidade de São Paulo (2005-2007), Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004), Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), Especialização em Lógica, Filosofia Prática e Filosofia Econômica pela Johann Wolfgang von Goethe Universität - Frankfurt (1995), Especialização em Filosofia Econômica pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1993) e Graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991). Atualmente é professora associada III do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina e uma das coordenadoras do Núcleo de Pesquisa em Economia Feminista (NEEF - CNPq). Pesquisa principalmente nos seguintes temas: economia feminista, epistemologia e metodologia da economia e racionalidade

1. Introdução

Nascida em 1810, apenas dois anos após o desembarque da família real portuguesa no Brasil, na cidade de Papari, localizada na então capitania do Rio Grande (atual estado do Rio Grande do Norte), Dionísia Pinto Lisboa foi a primeira filha do casamento do advogado português Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa com a viúva brasileira Antônia Clara Freire (SHARPE-VALADARES, 1989). Foi, no entanto, por meio do pseudônimo literário de “Nísia Floresta”² que ela viria a se tornar internacionalmente conhecida. De fato, “Apesar das limitações de distribuição e divulgação de opiniões na época, a obra de Nísia Floresta teve muita repercussão, sendo mencionada como exemplo por escritoras até o final do século XIX.” (TELLES, 2004, p. 340).

Sua vida e obra desenvolveram-se entre o primeiro e o segundo reinados brasileiros, em meio a alguns dos mais marcantes acontecimentos do Brasil Imperial. Numa época caracterizada por mulheres “submissas, analfabetas, anônimas” (DUARTE, 2006, p. 9), uma personalidade como a de Nísia só poderia mesmo ter causado enorme assombro. Foi um cisne negro, uma “flor de estufa” no dizer de Gilberto Freyre (2004 [1936], p. 82) ou ainda, como muito bem registrou adiante, na mesma obra, “uma exceção escandalosa”,

verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio de homens a dominarem sozinhos toda a atividade extradoméstica, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novenas que eram quase histórias do Troncoso, causa pasmo ver uma figura como a de Nísia. (Freyre, 2004 [1936], p. 225).

A defesa de teses que hoje caracterizamos como feministas, antes mesmo deste termo existir no dicionário, era a um tempo tão inusitado quanto afrontoso para os padrões da época. Advogar que, da mesma forma como era feito aos rapazes, às moças também deveriam ser ensinadas as ciências, ou que as mulheres dispunham de toda a capacidade cognitiva necessária para aceder aos altos escalões dos cargos públicos soava como uma (arriscada) piada de mau gosto no Brasil oitocentista. No que segue, analisaremos essas questões através da pena daquela que amiúde é considerada, na literatura sobre a História

² Versão encurtada de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nísia representando a parte final do seu primeiro nome, Floresta o nome da fazenda de seu pai, onde nasceu, Brasileira uma referência à sua nacionalista e Augusta uma homenagem ao seu marido Manoel Augusto de Faria Rocha, pai de sua filha Livia (DUARTE, 1995; MORAES, 2016).

das Mulheres no Brasil, a primeira feminista brasileira (PRIORE, 2004; PINSKY e PEDRO, 2012).

O artigo foi dividido em quatro seções, contando com essa introdução. Nele, utilizamos uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa. Na seção 2 – a parte quantitativa –, apoiamos-nos nos dados do primeiro recenseamento brasileiro de 1872 para o delineamento de como se encontrava a situação educacional das meninas e moças no século XIX. Além disso, também mapeamos a situação laboral das mulheres de então, buscando estabelecer umnexo entre ambos os fenômenos. Já na seção 3, realizamos a parte qualitativa da pesquisa, de revisão bibliográfica da literatura primária da autora, examinamos algumas de suas proposições em duas de suas obras mais emblemáticas no que concernem as referidas questões, nomeadamente *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, publicada em 1832, e *Opúsculo Humanitário*, de 1853. Também lançamos mão da literatura secundária, dos/as comentadores/as de sua obra, além de alguns textos da literatura basilar da História das Mulheres no Brasil, verificando tanto urgência das demandas de Nísia Floresta naquele momento, quanto a incrível atualidade de suas reivindicações, quase dois séculos depois de publicadas. Na seção das considerações finais resumimos os principais pontos de nossa argumentação.

2. Educação e Trabalho Femininos no Brasil do século XIX

Muito embora o primeiro Censo Demográfico³ do Brasil tenha sido publicado apenas em 1872, sob os auspícios de Dom Pedro II, já no Segundo Império, ele pode nos fornecer um bom panorama da (ainda um pouco mais) precária situação tanto da educação quanto do trabalho femininos de meados do século XIX, época na qual Nísia Floresta publicou a maior parte de seus escritos a esse respeito.

O Censo registrou a existência de quase 10 milhões de habitantes em terras brasileiras ou, mais exatamente, 9.930.478 habitantes distribuídos nas 20 províncias e no então chamado “Município Neutro” (atual estado do Rio de Janeiro). A tabela abaixo

³ Estamos cientes das dificuldades apresentadas por uma investigação que lance mão de dados provenientes desse documento. Dificuldade essa, que, aliás, já foi apontada pela socióloga e historiadora Heleieth Saffioti ainda na década de 1980. Segundo a autora, “O censo de 1872 obedeceu a critérios de difícil aplicação na atualidade.” (SAFFIOTI, 1985, p. 112). Não obstante esse fato, como o censo é a única base de dados de que dispomos para aquele momento histórico, entendemos que ainda assim é melhor utilizá-lo do que não traçar qualquer panorama calcado em bases documentais quantitativas.

organiza os dados demográficos e educacionais desagregados por gênero do recenseamento brasileiro de 1872:

Tabela - População total -- livre e escravizada – e grau de instrução em 1872. Dados desagregados por gênero (valores absolutos e percentagens)

Ano	1872	
Gênero	Homens	Mulheres
População Total	9.930.478	
População por gênero	5.123.869	4.806.609
Percentagem	51,6%	48,4%
LIVRES	8.419.622	
Livres por gênero	4.318.699	4.100.923
Percentagem da população	43,5%	41,3%
ALFABETIZADOS	1.560.098	
Alfabetizados por gênero	1.010.576	549.523
Percentagem da população livre alfabetizada	23,4%	13,4%
ESCRAVOS	1.510.856	
Escravos por gênero	805.170	705.686
Percentagem da população	8,1%	7,1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do primeiro censo demográfico do IBGE (1872).

Da população brasileira, 5.123.869 eram homens e 4.806.609, mulheres, perfazendo os homens 51,6% e as mulheres, 48,4% do total. Os escravos homens eram 805.170 e as mulheres, 705.686. Somados ambos os gêneros, eles representavam 15,2% da população do Brasil. Com relação à escolaridade, entre a população livre, 23,4% dos homens e 13,4% das mulheres foram considerados alfabetizados. Da população que tinha

entre 6 e 15 anos, 17% dos meninos e 11% das meninas frequentavam escolas (IBGE, 1872).

Os poucos dados que o censo fornece acerca da situação da educação daquela época nos mostram que essa não era a prioridade do Brasil Imperial: “o sistema educacional como um todo era precário e não atingia a maior parcela da população.” (ARAÚJO, 2010, p. 5). De acordo com o censo de 1872, apenas 19,8% da população total masculina e 11,5% da totalidade da população feminina sabia ler e escrever. Até na capital do Império, Rio de Janeiro, com uma população de mais de 275 mil habitantes, somente 41,2% da população masculina e 29,3% da feminina sabia ler e escrever e apenas 6.589 meninos e 4.872 meninas frequentavam as 72 escolas primárias públicas e as 99 particulares (HAHNER, 2010).

A primeira lei educacional que autorizou o funcionamento de escolas públicas femininas foi promulgada apenas em 1827, sob o Reinado de Dom Pedro I. Ela foi a primeira a admitir que as meninas cursassem escola, ainda que apenas a elementar. Antes de 1827, o acesso à educação formal feminina era feita por meio de conventos de freiras e das raras escolas particulares nas casas de professoras. Para as famílias mais abastadas, havia a opção de contratar uma preceptora, geralmente estrangeira. De fato, segundo o relato de um inspetor geral da instrução primária e secundária do município da Corte, em 1874 “entre nós, em regra geral, o rico paga a um mestre, que vem dar em casa o primeiro ensino a seu filho; o remediado manda os filhos para o colégio particular onde recebem a instrução primária e secundária, e o pobre, esse é que se utiliza da escola pública.” (HAHNER, 2010, p. 315).

Essa legislação estabeleceu um sistema bipartite, que caracterizou todo o século XIX. A primeira parte equivalia à criação das duas escolas de direito e duas escolas de medicina para preparar os homens para carreiras de prestígio e servir ao Estado. Já a segunda definiu o funcionamento de escolas primárias públicas em cidades e vilas para toda a população, incluindo meninas e meninos, havendo uma grande diferença entre os currículos das escolas primárias femininas e masculinas (HAHNER, 2010). Com efeito, nas escolas do Império a Lei educacional brasileira determinava que meninas e meninos tivessem currículos diferenciados e não era admitida a coeducação. Enquanto os meninos aprendiam matemática – as quatro operações básicas, números decimais, frações, proporções, geometria e ciências –, a educação formal das meninas no Brasil baseava seus programas em ensinamentos de língua estrangeira (quase sempre o francês), corte e

costura, música, prendas domésticas e apenas noções básicas de aritmética (SAFFIOTI, 1976). Importa ainda salientar que somente meio século depois, já no Reinado de Dom Pedro II, em 1879, é que seriam admitidas mulheres no Ensino Superior no Brasil (KARAWEJCZYK, 2010)

Neste sentido, se no século XIX havia um descaso generalizado por parte do poder público para com a educação da população como um todo, mais grave ainda era a situação da educação feminina. Se considerarmos apenas a população livre, 86,5% das mulheres eram analfabetas (IBGE, 1872) e havia razões para isso. Freyre (2004[1936], p. 510) explica que, até então, esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos. “À menina, a esta se negou tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. [...] As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos”. Efetivamente, ao longo do século XIX, das mulheres “não se queria ouvir a voz na sala, entre conversas de homem, a não ser pedindo vestido novo, cantando modinha, rezando pelos homens, quase nunca aconselhando ou sugerindo o que quer que fosse de menos doméstico, de menos gracioso, de menos gentil, quase nunca metendo-se em assuntos de homens.” (idem, p. 224).

Em primeiro lugar, é muito importante destacar que, segundo os dados do primeiro recenseamento brasileiro, excluindo-se as pessoas categorizadas como sem profissão, as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva da nação. Não obstante esse fato, decorre diretamente da diferença marcante entre a educação que era oferecida para meninos e meninas que, em absolutamente todas as profissões mais prestigiosas do Império *não havia uma só mulher empregada*. Foram contabilizados 969 juizes, 1.674 advogados, 1.204 procuradores, 1.619 oficiais de justiça, 1.729 médicos, 288 cirurgiões, 1.392 farmacêuticos, 10.710 funcionários públicos, 27.716 militares, todos homens. (IBGE, 1872).

Depois, interessante também é observar que existiam aquelas profissões em que as mulheres eram maioria absoluta comparativamente aos homens: Professoras/es: 2.268 mulheres e 1.893 homens; Empregadas/os Domésticas/os: 720.015 mulheres e 151.223 homens e Parteiras/os: 1.747 mulheres e 55 homens; finalmente, existia ainda uma profissão em que não havia nenhum homem: a de costureira, que contava com 506.450 mulheres (IBGE, 1872). Todas estas eram profissões naquela época consideradas como “femininas” –este é um estereótipo de gênero no mercado de trabalho que, aliás, perdura até os dias de hoje.

Note-se, por exemplo, o caso das empregadas domésticas. É quase um lugar comum lembrar que “muitas mulheres reproduziam, no mercado de trabalho, suas ocupações nos quadros domésticos – como lavar, passar e engomar – num esforço de ganho extra ou mesmo para tentar sustentar a família.” (MATOS e BORELI, 2012, p. 131). Em sua maioria, as meninas oriundas de camadas socioeconômicas mais baixas da população lidavam desde cedo com tarefas rotineiras de cuidado com a casa e com irmãos menores, além do trabalho na roça. Para os seus pais, tais atribuições eram prioritárias em relação a qualquer forma de educação (SOUZA, 2021) Dentre as mulheres livres que estavam empregadas no serviço doméstico na corte imperial, estavam “mucamas, pajens, amas-de-leite, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, carregadoras de água, lavadeiras, passadeiras e costureiras.” (MONTELEONE, 2019, p. 2.) As condições deste trabalho feminino eram as piores possíveis: elas eram sub-remuneradas, desempenhavam tarefas subalternas e degradantes, eram invisíveis dentro dos sobrados e, para piorar, eram vistas pelos patrões como sexualmente disponíveis. (*Idem*).

Ao longo dos oitocentos, as máquinas de costura que se disseminaram e possibilitaram o desenvolvimento e a transformação de uma velha profissão feminina: a de costureira. Da mesma forma como os cuidados com as crianças e com os afazeres domésticos, o trabalho com os tecidos e as costuras também era visto como uma “vocação natural” das mulheres. (MONTELEONE, 2019, p. 6).

Outros dados importantes acerca da esfera laboral feminina naquele momento histórico eram os seguintes: a soma de todas as mulheres (livres) que exerciam alguma atividade profissional remunerada segundo o censo de 1872 era de 2.085.259, ou seja, cerca de 51% do total das mulheres nessa condição. “A população economicamente ativa (PEA) feminina estava assim constituída: 35,0% de empregadas na agricultura, 33,0% de ocupadas em serviço doméstico em lar alheio, 20,0% de costureiras por conta própria, 5,3% de empregadas nas indústrias de tecidos e 6,7% de mulheres ocupadas em outras atividades.” (SAFFIOTI, 1985, p. 112).

Como se procurou mostrar ao longo desta seção, era bastante alta a participação das mulheres no total de trabalhadores brasileiros (45,5%) no contexto do Brasil oitocentista. Este nível de incorporação da mulher na força de trabalho jamais foi alcançado posteriormente. “Ainda que se excluam da PEA feminina de 1872 os 33,0% ocupados em serviços domésticos, chega-se a uma participação feminina na força de trabalho do país de 37,4%, nível este que ainda permanece inalcançado nos dias atuais.” (SAFFIOTI, 1985, p. 113). Nesse sentido, fica evidente que, diferentemente do que o

senso comum costuma supor, as mulheres trabalhavam fora sim (e muito!) no século XIX. Não obstante esse fato, dado o seu nível de educação praticamente inexistente, pelo menos duas características saltam aos olhos em relação aos tipos de trabalho que eram por elas então desempenhados:

- (i) os trabalhos a que tinham acesso eram bastante desqualificados, propiciando que auferissem um nível de remuneração muito baixo e
- (ii) em sua maior parte, eles replicavam, por assim dizer, as tarefas que as mulheres tradicionalmente já desempenhavam em casa, no interior das suas residências, caracterizando aquilo que hoje denominamos *segregação ocupacional por gênero* no mercado laboral.

3. Vida e obra de Nísia Floresta

O início da vida de Nísia Floresta dava a entender que ela seguiria um roteiro bastante comum para a época, já que se casou mal entrando na adolescência, aos treze anos de idade. No entanto, essa impressão inicial logo seria desfeita, pois no mesmo ano ela separou-se -- circunstância bastante atípica e vergonhosa naquele período –, voltando a residir com os pais. Em 1828, com 18 anos de idade, passou a morar com o seu companheiro (outra prática bastante condenável segundo os padrões morais do século XIX) Manuel Augusto de Faria. Dessa união teve os seus dois filhos: Lúvia Augusta Faria da Rocha e Augusto Américo de Faria Rocha. (ARAÚJO, 2011; DUARTE, 2016).

Em 1830, Nísia publicou artigos tratando sobre as condições de vida das mulheres no *Espelho das Brasileiras*, jornal dedicado às pernambucanas (SHARPE-VALADARES, 1989). O ano de 1833 foi um período de luto para a autora, tendo em vista a morte de seu companheiro. No ano seguinte, em 1834, em Porto Alegre, iniciaria a atividade de preceptora de moças e, a partir de 1835, Nísia viria a publicar artigos utilizando o pseudônimo de “Quotidiana Fidedigna” em dois periódicos, intitulados *O Campeão da Legalidade* e *O Recompilador Federal*.

Ela teve uma produção significativa ao longo dos seus 74 anos de vida, com cerca de quinze títulos publicados, “entre poemas, romances, relatos de viagens e ensaios – em português, francês e italiano.” (DUARTE, 2005, p. 14-16), sendo algumas destas obras reeditadas mais de uma vez. Ou seja, tratou-se de uma mulher cuja capacitação intelectual foi estimulada, à diferença do que acontecia com a esmagadora maioria das mulheres de

seu tempo. De fato, Nísia Floresta foi “uma mulher educada entre as que surgiram no Brasil patriarcal e também uma das raras mulheres de letras de seu tempo [...] foi também uma brasileira erudita e ‘ilustrada’, como bem poucas em nossa história” (DUARTE, 1989, p. 134). São estas as suas obras publicadas:

- *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (Recife, 1832; Porto Alegre, 1833; Rio de Janeiro, 1839);
- *Conselhos à Minha Filha* (Rio de Janeiro, 1842; RJ, 1845; Firenze, 1858; Mandovi, 1859; Paris, 1859).
- *Fanny ou o Modelo das Donzelas* (Novela; Rio de Janeiro, 1847).
- *Daciz ou a Jovem Completa* (Novela; Rio de Janeiro, 1847).
- *Discurso que às suas Educandas dirigiu Nísia Floresta* (Rio de Janeiro, 1847).
- *Pensamentos* (Poemas, Rio de Janeiro, 1950).
- *A Lágrima de um Caeté* (Poema, Rio de Janeiro, 1849; Florença, 1860).
- *Dedicação de uma Amiga* (Romance, 2 vol; Niterói, 1850)
- *Opúsculo Humanitário* (Ensaio sobre educação; Rio de Janeiro, 1853).
- *Itineraire d’un Voyage em Alemagne* (Paris, 1857).
- *Scintille d’un anima brasiliana* (Ensaio; Florença, 1859).
- *Trois ans em Italie, suivis d’un Voyage em Gréce* (Paris, 2 vol. 1864 e 1867).
- *Woman* (Ensaio, Londres, 1865).
- *Le Brésil* (Ensaio, Paris, 1871).
- *Fragments d’un Ouvrage Inédit – Notes Biographiques* (biografia; Paris, 1878).

Dentre as suas obras mais emblemáticas no que toca a questão do gênero e da defesa da educação formal para meninas e moças, destacamos as obras *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* publicada, de 1832 e *Opúsculo Humanitário*, de 1853. Sobre a primeira, existe hoje uma disputa intelectual⁴ em curso acerca da “real autoria” desta obra. Durante bastante tempo acreditou-se que o livro fosse uma tradução livre da obra *A Vindication of the Rights of Woman*, de Mary Wollstonecraft (1759-1797), publicada na Inglaterra em 1792, tendo em vista que a própria Nísia havia registrado que

⁴ A respeito da contenda intelectual, em si, consultar a própria obra de Pallares-Burke (1996), bem como Barbosa e Maia, 2020, por exemplo.

nela se inspirara⁵. Duarte (1997, p. 2) interpretou esse texto como uma adaptação brasileira da obra da inglesa, numa assim chamada “antropofagia literária”, ou seja, na apropriação do texto Europeu não com o intuito de produzir uma réplica, mas para metamorfoseá-lo com elementos da cultura local: “nossa autora se colocando em pé de igualdade com Wollstonecraft e até com o pensamento europeu, estabelecendo, assim, o elo entre as ideias europeias e o público nacional.” (DUARTE, 2016, p. 20).

No entanto, na década de 1990, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1996, p. 168), defendeu que “jamais houve a aclamada tradução livre para o português da polêmica obra de Mary Wollstonecraft”. *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* seria na verdade uma tradução integral de *La femme n'est pas inferieure a l'homme*, livro publicado na França em 1750. Esta obra, por seu turno, é uma tradução de *Woman Not Inferior to Men*, de 1732, publicado por uma escritora que assinou sob o pseudônimo de “Sophia”. Como esse não é um ponto central na nossa argumentação, não entraremos aqui nessa discussão, deixando a questão apenas assinalada.

Retornado à sua breve biografia, em 1838, Nísia fundou no Rio de Janeiro o Colégio Augusto, para meninas. Nele, eram oferecidas disciplinas científicas como matemática e ciências naturais e sociais, além de gramática, línguas estrangeiras como o francês e o italiano, além do português. Também artes, música e dança. Segundo Lucilene Morandi e Hildete Melo, (2019, p. 728), nesta instituição Nísia

[...]forneceu uma orientação educacional com ênfase na caneta e não na agulha, como era o padrão das escolas para meninas na época. Nessa época, com o grande aumento do número de moças nos cursos normais, que havia ocorrido naquelas décadas, e a maior aceitação da sociedade em relação à educação feminina, as mulheres passaram a ter uma importância cada vez maior na profissão de professora. A aceitação das mulheres nos cursos de formação de professores foi a primeira possibilidade de formação profissional que se abriu para o sexo feminino. Isso foi bem recebido pelos homens, que viam essa profissão como adequada aos atributos “naturais” femininos, como a habilidade inata de lidar com crianças.

Em *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* aparecem duas de suas principais reivindicações: a equidade entre os gêneros e a valorização da capacitação intelectual da mulher pela via educação. Floresta trata da necessidade de os homens

⁵ Souza (2021, p. 746) pondera que: “Dizer que era uma tradução de Wollstonecraft, mulher reconhecida na época, talvez tenha sido o modo encontrado para ser ouvida em uma sociedade ainda conservadora.”

pensarem na equidade entre os sexos. Segundo Duarte, (1995, p. 176) “a preocupação em 1832 parece ter sido mais a de contribuir para desfazer os preconceitos e o mito de incapacidade intelectual feminina existente na época”.

Em uma palavra, se os homens fossem Filósofos (tomando esta palavra em seu rigor) descobririam facilmente que a Natureza constitui uma perfeita igualdade entre os dois sexos. Mas como há poucos que sejam capazes de um pensar tão abstrato, nenhum direito têm mais que nós, de serem juízes nesta matéria, e por consequência, necessitamos de recorrer a um Juiz menos parcial, incapaz de deixar-se prevenir por alguma das partes e, por conseguinte irrecusável. Estas qualidades são visivelmente inerentes à razão bem apurada, pois que é uma faculdade pura e intelectual sem acepção por algum sexo e igualmente interessada no bem ser de toda espécie racional em geral, e em particular [...] Enquanto eles não chegarem a esse ponto de equidade, as pechas imaginárias com que eles têm oprimido o nosso sexo e que se alguma aplicação têm, não podem recair mais que sobre um pequeno número dentre nós, que não me proponho justificar, não passarão senão como pequenas sutilezas a cuja sombra querem fazer passar as suas (FLORESTA, 1832 *apud* DUARTE, 2016, p. 31).

Aliás, esta foi a sua principal bandeira não apenas nessa obra, mas também ao longo de toda a sua vida: a busca pela igualdade de oportunidades no campo educacional (e conseqüentemente, laboral) para as mulheres (KARAWEJCZYK, 2010). A falta de uma educação formal era vista por Nísia como a grande responsável pela condição de subalternidade da mulher. Enquanto incapazes, no sentido de cognitivamente limitadas, naturalmente elas tampouco poderiam almejar trabalhos intelectualmente mais sofisticados. No trecho que segue Nísia deixa claro o preconceito que entendia existir, por parte dos homens à possibilidade de que as mulheres acessem aos cargos de trabalho mais prestigiosos e melhor remunerados do Império:

Nada seria tão admirável para eles, que imaginar uma mulher combatendo à frente de um exército, dando leis sobre o trono, advogando causas, administrando justiça em um Tribunal de magistratura, marchando pelas ruas precedida de espadas, lança e outros sinais de autoridade como os Magistrados; ou ensinando Retórica, Medicina, Filosofia, ou Teologia, na qualidade de professora de uma Universidade (FLORESTA, 1832 *apud* DUARTE, 2016, p. 144)

Em outro bastante conhecido trecho da mesma obra, a autora levanta uma hipótese ousada: a de que talvez os homens simplesmente tivessem inveja das capacidades

intelectuais das mulheres, e por receio de perderem o poder absoluto da seara pública, vedavam a elas o desenvolvimento de sua capacidade intelectual, impedindo-as de acessar o conhecimento (ou “as ciências”).

Para reconhecer, pois, se as mulheres são menos capazes que os homens para as ciências, é preciso entender qual é o princípio que conduz a esse conhecimento; se ele não existe nas mulheres, ou se existe num grau menos perfeito, não se faz necessário mais provas para demonstrar que os homens têm razão. Porém, se ele é perfeito em um como em outro sexo, então deve-se supor que os homens invejosos e pode-se dizer, sem temeridade, que a única razão por que nos fecham o caminho às ciências é temerem que nós as levemos a maior perfeição que eles. (FLORESTA, 1832 *apud* DUARTE, 2016, p. 132).

Gilberto Freyre parece concordar com o diagnóstico de Nísia Floresta acerca do receio que os homens da época tinham da entrada das mulheres em searas “masculinas”, sejam as ciências, sejam os empregos e cargos que conferissem honra, poder e dinheiro. Segundo ele, havia, por parte dos varões, “o desejo, dissimulado, é claro, de afastar-se a possível competição da mulher do domínio, econômico e político, exercido pelo homem sobre as sociedades de estrutura patriarcal.” (FREYRE, 2004 [1936], p. 207).

Após 1832, Nísia retomou diversas vezes os seus temas mais caros, publicando variados artigos em periódicos, além dos livros referidos anteriormente. “De maio a junho de 1851, no Rio de Janeiro, o jornal *O Liberal* divulgou alguns artigos seus sob o título *A Emancipação da Mulher*, cuja necessidade de uma educação feminina adequada era o tema principal.” (SOUZA, 2021, p. 748).

Seguindo na mesma linha de argumentação e crítica, em 1853 Nísia publicou no Rio de Janeiro a obra intitulada *Opúsculo Humanitário*. Esse livro pode ser considerado um marco da história da educação no Brasil, principalmente das mulheres, já que Nísia Floresta volta a se aproximar das mesmas teses defendidas em *Direitos das Mulheres*, defendendo que “todos os brasileiros, qualquer que tenha sido o lugar de seu nascimento, têm iguais direitos à fruição dos bens distribuídos pelo seu governo, assim como a consideração e ao interesse de seus concidadãos” (FLORESTA, 1989 [1853], p. 130). E dizia mais:

Temos testemunhado o empenho dos homens pensadores das nações cultas em harmonizar a educação da mulher com o grandioso porvir que se prepara à humanidade. Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a

inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada (Floresta, 1989 [1853], p.44).

Vinculados aos argumentos e reivindicações a favor da capacitação intelectual de meninas e moças, em pé de igualdade com as oportunidades nesse sentido que já eram oferecidas aos rapazes, também foram recorrentes em suas obras os questionamentos acerca do porquê de não haver mulheres ocupando cargos de comando, papéis que eram considerados tipicamente masculinos. Nísia inaugura esse tipo de debate no Brasil, confrontando a elite patriarcal da época (DUARTE, 2016).

É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada, como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra. (FLORESTA, 1989 [1853], p. 51).

Havia, segundo o seu entendimento, um nexos de causalidade (circular) entre ambos os fenômenos, como a autora deixa bastante claro num dos trechos mais emblemáticos dos seus escritos a esse respeito. Encadeamento de ideias esse, aliás, bastante intuitivo: “sem capacitação intelectual, sem cargos públicos”; Em suas palavras:

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência [...] Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado em que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens (FLORESTA, 1989 [1853], p. 52 e 73).

Num contraste absoluto com a esmagadora maioria de suas contemporâneas, Nísia Floresta buscou mudanças tão radicais para a época em que viveu, que colocava a sua própria segurança em risco. Acompanhada de seus filhos, Nísia deixou o Brasil em 1856 com destino à Europa, onde residiu em diversos países, vindo a falecer na França em 1885.

Considerações Finais

Atualmente, Nísia é reconhecida como a precursora na luta pela igualdade entre homens e mulheres por meio da educação no Brasil, levando-se em consideração que não

existem registros de escritos sobre o tema anteriores aos seus (DUARTE, 1995 e 1997). Apesar de sua luta pela educação igualitária ainda ter demorado muitas décadas para vingar no Brasil, é necessário registrar que, no mercado de trabalho, houve muita conservação de fenômenos discriminatórios contra a mulher ainda nos dias atuais: o grosso das trabalhadoras mulheres continua ocupando posições subalternas, recebendo salários mais baixos pelo desempenho da mesma função, exercendo duas jornadas de trabalho.

Comparando as proposições de duas de suas obras mais representativas com os dados do primeiro censo brasileiro (IBGE, 1872), constatamos tanto a urgência de suas demandas naquele momento quanto a incrível atualidade de suas reivindicações, quase dois séculos depois de publicadas.

Referências

ARAÚJO, Raquel. Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta: diálogos feministas. *Revista Água Viva*, v. 1, n. 1, 2011, p. 1-16. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/10765/9457>

BARBOSA, Lia; MAIA, Vinícius. Nísia Floresta e ainda a controvérsia da tradução de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n.2, 2020, p. 1-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wLRjhncvmSsYPqQgWjByYPy/>

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Ed. da UFRN, 1995.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta Brasileira Augusta: Pioneira do Feminismo Brasileiro - Séc. XIX. Mulheres e Literatura*. ano 1. v. 1. 1997.

DUARTE, Constância Lima. A pioneira do feminismo brasileiro. *Jornal de Natal – DN Educação*, 2006, p. 18-20.

DUARTE, Constância Lima. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens: Introdução e notas*. In E. L. Padilha (Org.). *Nísia Floresta uma mulher à frente do seu tempo*, 2016, p.95-190. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf>

FLORESTA, Nísia. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. In: DUARTE, Constância Lima. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens: Introdução e notas*. In E. L. Padilha (Org.). *Nísia Floresta uma mulher à frente do seu tempo*, 2016 [1832], p.95-190. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf>



FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Introdução e Notas de Peggy-Sharpe Valadares. São Paulo: Cortez, 1989 [1853]. Disponível em: [Opusculo Humanitario - Nisia Floresta.pdf](#)

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2004 [1936]. Disponível em: <https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/livro-completo-sobrados-e-mucambos-gilberto-freyre-1.pdf>

HARNER, June. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX, *Revista Gênero*, v. 10, n. 2, 2010, p. 313-332. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30882/17970>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento do Brasil em 1872*, v. 1. Quadro 7: População considerada em relação às profissões, 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf

KARAWEJCZYK, Mônica. Nísia Floresta e a questão da emancipação feminina pelo viés educacional. *MÉTISIS - História & Cultura*, v. 9, n. 18, 2010, p. 113-126. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/993/1055>

MATTOS ; Maria Izilda; BORELLI, Andrea. *Espaço Feminino no Mercado Produtivo*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126 – 147..

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6kxbrTgBwDptJJz9t9RCjRB/abstract/?lang=pt>

MORAES, Maria Lúcia Quantim. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reinvidicação dos direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo. p. 8-18, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20da%20mulher%20-%20Mary%20Wollstonecraft.pdf

MORANDI, Lucilene; MELO, Hildete. Mujeres y Educación em Brasil: uma Mirada de Género. In: PÉREZ, Teresa. *La educación de las mujeres en iberoamérica: análisis histórico*. Valencia: Tirant humanidades, 2019, p. 719-758.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>

ROSA, Graziela. Equidade de Gênero em Nísia Floresta. *Sociais e Humanas*, v.26, n. 3, 2013, p. 509-529. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2840>

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. Força de Trabalho Feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, n. 8, 1985, p. 95-141. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/bec4e6ab-eb6f-461e-99fb-d49a722b93fd/content>

SCHARPE-VALADARES, Peggy. Introdução e Notas. In: FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Introdução e Notas de Peggy-Sharpe Valadares. São Paulo: Cortez, 1989, pp. i-xlii. Disponível em: [Opusculo Humanitario - Nisia Floresta.pdf](#)

SILVA, Elisabeth Maria. *Mulheres, Emancipai-vos! Um Estudo sobre o Pensamento Pedagógico Feminista de Nísia Floresta*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11285/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Elizabeth%20Maria%20da%20Silva.pdf>

SOUZA, Susane. A literatura feminista de Nísia Floresta na formação em administração. *RECADM* v.20 n.4 p.739-763, 2021. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/3404>

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORI, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 336-371. Disponível em: <https://democraciadireitoogenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>